

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.539.629 - RS (2019/0200041-4)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : DAL MOBILE LTDA.
ADVOGADOS : FABIANA TENTARDINI - RS049929
HENRIQUE CELSO FURTADO BURNS MAGALHÃES - RJ165040
JÉSSICA SZALANSKI NOVAES - RS101839
THIAGO MELLO DA SILVA - RS105012
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela DAL MOBILE LTDA. contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ fl. 190):

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. SALÁRIO EDUCAÇÃO. CONTRIBUIÇÃO AO INCRA. SEBRAE, SESI, SENAI. INCONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 33/2001. NÃO OCORRÊNCIA.

1. A cobrança do salário-educação não padece de mácula de ilegalidade ou inconstitucionalidade. Súmula n.º 732 do STF.

2. A Emenda Constitucional n.º 33/2001, ao incluir o inciso III no § 2º do artigo 149 da Constituição Federal e explicitar determinadas bases de cálculo para as contribuições de intervenção no domínio econômico, não o fez de forma taxativa, não retirando o fundamento de validade das contribuições ao INCRA, SEBRAE, SESI, SENAI.

Passo a decidir.

Uma das questões objeto do apelo extremo interposto na origem é a que questiona a subsistência da contribuição destinada ao sistema Sebrae, após o advento da EC 33/2001, que teve a repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 325). Segue a ementa:

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES. BASES ECONÔMICAS. ART. 149, § 2º, III, A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSERIDO PELA EC 33/01. FOLHA DE SALÁRIOS. CONTRIBUIÇÕES AO SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE, À AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS - APEX E À AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - ABDI INCIDENTES SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.

Nesse contexto, reconheço que a existência de recurso extraordinário submetido à repercussão geral, que trata da matéria acima identificada, é prejudicial à análise desse apelo extremo, razão pela qual os autos deverão retornar ao Tribunal de origem para que lá seja realizado o juízo de conformação com o precedente obrigatório da Suprema Corte.

Somente depois de realizada essa providência, que representa o

Superior Tribunal de Justiça

exaurimento da instância ordinária, é que os autos poderão ser encaminhados para esta Corte Superior, para que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Ante o exposto, DETERMINO o sobrestamento do julgamento deste recurso até a realização do juízo de conformação pela Corte de origem com o precedente do STF, bem como a devolução dos autos ao Tribunal *a quo*, com a respectiva baixa, para que essa providência seja realizada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator